

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : Gazeta de Pinheiros

CLASS. : 306

DATA : 20 12 90

PG. : 10 / Caderno A

ENTREVISTA

Marcio Thomaz Bastos

“A lei não muda a nossa realidade”

Marcio Thomaz Bastos, um dos assistentes da acusação que condenou os assassinos de Chico Mendes a dezenove anos de prisão, em Xapuri, revela que o julgamento cercou-se de “uma atmosfera de desaforo nacional”. Nesta entrevista, ele avalia o judiciário brasileiro e afirma que as leis por si só não conseguirão reverter o dramático quadro de injustiça social que vive o País. Cita como exemplo o Estatuto da Terra, instituído pelo regime militar, que se aplicado seria um eficiente mecanismo de reforma agrária. Tendo realizado mais de setecentos julgamentos em 33 anos de carreira, esse ex-presidente da OAB tem entre seus clientes muitos nomes ilustres: Mário Garnero, Maria Pia Matarazzo, dom Luciano Mendes de Almeida, Antônio Ermírio de Moraes e Jair Meneguelli. Thomaz Bastos é coordenador da área de Justiça e Segurança do Governo Paralelo criado pelo Partido dos Trabalhadores

Oscar de Paula

Gazeta de Pinheiros — Na qualidade de assistente de acusação no caso Chico Mendes, como analisa a sentença de dezenove anos para os assassinos?

Marcio Thomaz Bastos — Em muitos anos, foi a primeira vez — desde os tempos da Colônia — que o mandante vai a julgamento junto com o pistoleiro. Este caso mostrou que isso é possível, desde que a polícia e a Justiça atuem de forma democrática e civilizada. Demos aos acusados dessa barbárie um julgamento justo. Penso que o julgamento foi sim-

bólico, histórico, e espero que seja não o ponto final mas o ponto de partida na direção da construção da Justiça no Brasil.

É possível acreditar no Poder Judiciário se, nos últimos vinte anos, mais de 1.500 pessoas foram mortas no meio rural sem que houvesse punição para mandantes e executores?

Em certos lugares do Brasil, não se sente a presença do poder público. Isso se verifica na periferia de São Paulo, onde a Justiça é substituída pelos chamados justiceiros, pela justiça pelas próprias mãos e o linchamento. No Norte, no Nordeste, enfim, no interior do País, muitas vezes as pessoas são compelidas ao desespero porque elas não contam com a presença do Estado. Agora, sem dúvida, a justiça só será notada no momento em que o crime deixar de ser impune, sobretudo a criminalidade no campo.

Após o caso Chico Mendes, será preciso fazer a justiça brasileira funcionar sob o foco da mídia internacional?

Não penso ser necessário. Mas no julgamento de Xapuri funcionou tanto a indignação internacional como nacional. O julgamento cercou-se de uma atmosfera de desaforo nacional devido aos antecedentes do crime, porque Chico Mendes sabia que iam matá-lo, dando o nome de seus assassinos. Os assassinos cumpriram a ameaça, como se fossem uma força da natureza. Nada deteria os assassinos porque eles tinham a certeza da impunidade. Daqui para a frente, devemos seguir sabendo que é possível responder à violência com o devido processo legal, com o direito de defesa assegurado. Um dado importante é que a criminalidade diminuiu bastante em Xapuri, depois que os assassinos de Chico Mendes foram presos.



Sonia Pinheiro

Bastos: “O Estado brasileiro sempre foi privatizado”

Por que o Estado é tão omissivo em suas funções?

O Estado brasileiro sempre foi objeto de apropriação e privatização por setores de interesse particular, nunca o porta-voz do interesse público. O Estado nacional financia o interesse particular, suporta os insucessos do capitalismo sem risco, emprestando dinheiro e se envolvendo em escândalos, financiando golpes nos mercados de capitais. Por outro lado, o Estado cresceu desmedidamente e, além disso, não cumpre minimamente as suas funções, devido à sua natureza autoritária. E esse autoritarismo vem de nossas raízes de formação sócio-cultural e política. O Brasil foi Estado antes de ser Nação. Por isso, existe aqui esse cartorialismo, cuja base é o autoritarismo típico do poder político e institucional. Essa praga está no serviço

público, na Justiça, na polícia e em todo tipo de estrutura pública brasileira. E é preciso muita luta para acabar com isso.

Acredita que hoje há um outro Brasil pós-Chico Mendes?

Quando Chico Mendes morreu, havia uma quase absoluta sensação de impunidade no País. Havia aquele clima de fim do governo Sarney, em que tudo era permitido e nada seria punido — caso do Bateau Mouche e dos escândalos não desvendados. E tudo isso prossegue no governo Collor. E quem pode lutar contra isso são os grupos que fazem pressão democrática, como os sindicatos de trabalhadores e organismos como a OAB, a CNBB e a ABI, a CUT, que fundaram um movimento que se chama Ação pela Cidadania. Enfim, temos de opor a cidadania ao Estado para que ele cumpra minima-

mente o seu papel de administrador, legislador e distribuidor da Justiça.

Sempre se disse que a legislação brasileira é abundante na prescrição dos direitos sociais, como a propriedade, saúde, educação, participação nos lucros das empresas etc. Por que nada disso é cumprido no País?

Acontece que a lei não muda a realidade, esse é o óbvio que precisamos encarar. Frente à crise ou situação adversa, temos a tentação de mudar a lei pensando que podemos mudar a realidade. Nós temos, por exemplo, no Estatuto da Terra de 1964 — instituído no começo do golpe militar —, uma lei que na minha opinião seria suficiente para que se fizesse a reforma agrária no Brasil. No entanto, os grandes proprietários rurais distorceram de tal forma essa questão da terra que, ao chegarmos na Constituinte de 88, transformaram a reforma agrária num falso dilema. Saber se a propriedade rural produtiva podia ou não ser desapropriada, nunca foi a questão da reforma agrária. Sem esta, o Brasil nunca será um país capitalista capaz de operar o seu desenvolvimento dentro desse sistema. Nunca tivemos governos — e não me parece que o governo Collor seja diferente — com ousadia política para operar uma reforma agrária, dispostos a enfrentar proprietários ensandecidos. O presidente Jango Goulart foi o único que ousou e sabemos o quanto isso lhe custou e ao processo democrático brasileiro. Portanto, de nada vale termos uma abundância de leis convivendo com uma sociedade injusta, violenta e discriminadora.

Na Constituição de 1946 está escrito que os trabalhadores devem ter participação nos lucros das empresas...

E no entanto, isso jamais foi sistematizado. Ao tomarmos conhecimento das prescrições sobre igualdade e bem-estar social, inscritas em nossas Constituições, imaginamos ser o Brasil um país de capitalismo desenvolvido, que distribui lucros aos empregados, a terra tem sua função social, os direitos da pessoa estão garantidos etc, etc. No entanto, tudo isso é letra morta, porque o País e a sociedade vivem num mundo infralegal, abaixo da legalidade, que está muito acima como uma miragem.

O sr. acha que a sociedade já discute e reivindica do poder público maior atenção para os crimes contra a segurança do cidadão e a impunidade de réus privilegiados?

Acho que sim. Esse é um desafio da cultura política de qualquer país democrático. Aqui no Brasil nunca vimos um cidadão engravatado na cadeia, principalmente na área dos grandes crimes econômicos. Nosso código penal só funciona para as classes pobres, mas devagar a sociedade está tomando consciência de seus direitos. O Poder Judiciário em São Paulo, apesar de todos os defeitos que tem, que não se deixou abater nos períodos mais sombrios de nossa história política recente, tem demonstrado sinais de reagir às demandas por justiça. É o caso da implantação dos juizados informais, dos juizados de pequenas causas, na tentativa de combater o absurdo que é a delongada de processo no Tribunal, aguardando mais de um ano para ser distribuído. O mesmo acontece na Justiça do Trabalho, onde a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) garante o processo rápido que, na realidade, fica esquecido por dois, cinco e até dez anos. É esse distanciamento entre o fato e a decisão, que leva a população a descrever da Justiça.